

**CÂMARA TÉCNICA DE COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS**  
**CTCOB**  
**ATA DA 53ª REUNIÃO**

6Data: 25 e 26 de outubro de 2007

7Local: Hotel Rafain Fóz do Iguaçu-PR

**9PARTICIPANTES:**

- 11 ● Ministério do Meio Ambiente-MMA-SRH: Rodrigo Speziali de Carvalho  
 12 (rodrigo.carvalho@mma.gov.br)
- 13 ● Ministério do Meio Ambiente-MMA-ANA: Patrick Thomas (patrick@ana.gov.br)
- 14 ● Ministério da Agricultura-MAPA: Eduardo Cadavid  
 15 (eduardo.cadavid@agricultura.gov.br)
- 16 ● Ministério das Cidades: Rodrigo Fraga Massad- (rodrigo.massad@idades.gov.br)
- 17 ● Ministério das Minas e Energia: Christian André Haddad Govastki- (MME)-  
 18 (christian.govastki@mme.gov.br)
- 19 ● Ministério da Integração Nacional- Ausente
- 20 ● Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos- Espírito Santo/Minas Gerais- Ausente
- 21 ● Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos- Paraná/Mato Grosso- José Luiz Scrocaro  
 22 (josescroccaro@suderhsa.pr.gov.br)
- 23 ● Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos- SP/RJ- Laura Stela Naliato Perez-  
 24 (laurap@cetesbnet.sp.gov.br)
- 25 ● Usuário/Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Luiz Fernando de  
 26 Arruda Gonçalves- COPEL- (luiz.goncalves@copel.com)
- 27 ● Irrigantes- Jairo Santos Lousa- Conselheiro- (jairolousa@yahoo.com.br)
- 28 ● Usuário/Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento  
 29 Sanitário: Elenice Camargo Roginski- (elenice@sanepar.com.br)
- 30 ● Usuário/Setor Pescadores e Usuários de Água para Lazer e Turismo: Wilson de  
 31 Azevedo Filho- (azevedo@hotmai.com)
- 32 ● Usuário/Indústria: Patricia G. Boson – Conselheira (tita@uaigiga.com.br)
- 33 ● Comitês de Bacias Hidrográficas- Eduardo L. Paschoalotti-  
 34 (epaschoalotti@am.ripasa.com.br)
- 35 ● Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Francisco Carlos  
 36 Castro Lahós- (francisco@agua.org.br)
- 37 ● Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: Rosa M. Formiga Johnsson-  
 38 (aformiga@terra.com.br)

**40DEMAIS PRESENTES:**

- 42 ● Eneas Souza Machado- (eneasmachado@suderhsa.pr.gov.br)
- 43 ● Dalto Favero Brochi- Conselheiro- Consorcio PCJ- (dalto.favero@agua.org.br)
- 44 ● Geraldo Lopes da Silveira- UFBA- (ger\_ufsm@terra.com.br)
- 45 ● Rogerio Teixeira da Silva- ESALQ-USP (rtsilva@esalq.usp.br)
- 46 ● Geraldo Resende Boavnetura- UNB- (grbunb@unb.br)
- 47 ● Claudio Antonio de Mauro- ANA- (claudio.mauro@ana.gov.br)
- 48 ● Paulo Teodoro de Carvalho- CEIVAP- (pteodoro..cgfai@semad.mg.gov.br)
- 49 ● Jorge Alexandre Carvalho da Silva- CNPq- (cjorge@cnpq.br)
- 50 ● Ludmilson Abritta Mendes- USP (ludmilsonmendes@yahoo.com.br)

- 51 ● João Aparecido Santa Rosa- Comitê PCJ- (joão-santarosa@terra.com.br)
- 52 ● Jussara Carvalho – CETESB-SP -(jussaral@cetesbnet.sp.gov.br)
- 53 ● Luiz Claudio C. Figueiredo- CVRD- (luiz.castro.figueiredo@cverd.com.br)
- 54 ● Ana Cristina Monteiro Mascarenhas- UNB- (crismascarenhas2@uol.com.br)
- 55 ● José Paulo Soares de Azevedo- COPPE/UFRJ- (zepaulo@coc.ufrj.br)
- 56 ● Marília Carvalho de Melo- IGAM- (marilia.melo@igam.mg.gov.br)
- 57 ● Eneida Zanella- CETESB- (eneidaz@cetebnet.sp.gov.br)
- 58 ● Maria Aparecida B.P.Vargas- CEIVAP- (vargasma@terra.com.br)
- 59 ● Ingrid Illich Müller- Conselheira- (ingrid@lactec.org.br)
- 60 ● Rogerio Teixeira da Silva- Comitês- (rtsilva@esalg.usp.br)

61

62

63 ■ **RELATORIA:**

64

65

66 ■ **Ednaldo Mesquita Carvalho** - SRU/MMA - Tel.: (61) 3410-2082

67 (ednaldo.mesquita@mma.gov.br)

68

69

70 **ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

71

72 No dia 25 de outubro do ano dois mil e sete, com início às 9h30, a Câmara Técnica de Cobrança  
73 pelo Uso de Recursos Hídricos - CTCOB do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH  
74 realizou sua 53.ª reunião em Brasília, convocada há doze dias, tendo como presidente, o **Sr.**  
75 **Rodrigo Speziali de Carvalho (SRHU/MMA)** e como relator, o senhor **Ednaldo Mesquita**  
76 **Carvalho, (SRHU/MMA)** com a presença de 15 dos seus membros e 20 convidados.  
77 Inicialmente foi explicado pelo Presidente da CTCOB sobre os entendimentos ocorridos no  
78 âmbito CTHIDRO com o objetivo de dar continuidade na apresentação de projetos financiados  
79 com recursos daquele fundo o que estaria ocorrendo a partir daquele momento. Com a presença  
80 do Presidente do Comitê Gestor do CTHIDRO Prof. Almir Cirilo e de representante do CNPQ o  
81 Prof. Geraldo Resende Boaventura foram iniciados os trabalhos com os seguintes objetivos:  
82 Atender as demandas do Fórum dos Comitês durante o IX Encontro Nacional de Comitê de  
83 Bacia e Divulgar o instrumento Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos. O **Sr. Rodrigo**  
84 **Speziali- (SRHU/MMA)** agradeceu o apoio do MCT/CTHIDRO/CNPQ o qual viabilizou a  
85 presença dos Coordenadores dos diversos projetos relacionados à Cobrança. O **Prof. Almir**  
86 **Cirilo- CTHIDRO** fez uso da palavra para manifestar a sua satisfação por estar em uma reunião  
87 da CT, na qual será uma oportunidade para uma maior interação entre a academia e a instituição  
88 que de fato aplica o instrumento Cobrança. A iniciativa da CTCOB foi elogiada por ele porque o  
89 CTHIDRO tem como um da bandeira uma melhor e maior articulação com os órgãos gestores,  
90 está forma de integração existe para se evitar que as pesquisas fiquem nas prateleiras. Informou  
91 que estão cadastradas cerca de 1000 pesquisas cujos resultados é de pouco conhecimento  
92 público. Informou o Presidente do Comitê Gestor que esperava que a Rede de Gestão seja  
93 percebida e internalizada por todos em especial os membros da CTCOB. Comentou ainda que  
94 uma das finalidades do MCT é que os pesquisadores aprontem pesquisas que vão ao encontro  
95 dos interesses das comunidades. Colocou-se a disposição para promover outros encontros  
96 daquele tipo, envolvendo outros pesquisadores com entidades gestoras que querem resultados.  
97 Recomendou o fortalecimento de procedimentos e manuais que sintetizam as experiências no  
98 país, apontando para os estados os caminhos ideais para a implementação dos instrumentos de  
99 gestão. Concluiu dizendo que os esforços do CTHIDRO são agora voltados para a obtenção de  
100 resultados, com o aprimoramento dos processos e com editais pontuais. Espera da CTCOB  
101 contribuições na forma de sugestões de temas a serem apoiados pelo CTHIDRO. O Prof.

102Geraldo Boaventura- UNB/CNPQ vê e reconhece a importância da CTCOB no processo de  
103implantação do instrumento cobrança. Ponderou que a sociedade se preocupa com a água mas  
104tem pouco conhecimento sobre a sua real situação, este conhecimento deveria ter abrangência  
105geral, nacional e internacional. Sobre a transferência do conhecimento da academia para os  
106órgãos executores da política, reconhece que existem dificuldades para que o mesmo ocorra,  
107portando, eventos como aquele que se iniciava era uma boa oportunidade de transferência de  
108conhecimentos. Diante desta conjuntura apoiava aquela iniciativa e iria registrar este fato em  
109relatório a ser elaborado por ele. **O Presidente da CTCOB Rodrigo Speziali- SRHU/MMA**  
110agradeceu as manifestações de apoio à aquela iniciativa da CT e complementou dizendo que é  
111desejo da CT contribuir com sugestões de novas linhas de pesquisa relacionadas com o  
112instrumento Cobrança. Aproveitou a oportunidade para convidar os pesquisadores presentes que  
113continuassem, participando da reunião da CT no período da tarde onde poderiam ter a  
114oportunidade de ver na prática como os temas Cobrança são tratados e discutidos no âmbito da  
115CT. Concluiu dizendo que as discussões acadêmicas e prática serão a tônica da reunião que  
116naquele momento iniciava. Em seguida, o Presidente da CTCOB propôs inversão de pauta  
117passando imediatamente para o **Item 2 Apresentações de projetos de pesquisa Relacionados**  
118**à Cobrança/ CTHIDRO- A- Prof. Geraldo Lopes da Silveira- UFSM - Simulação para**  
119**aplicação da cobrança em escala real. B- Prof. Mario Thadeu Leme de Barros- EPUSP/USP-**  
120**Perfil típico do usuário da água para simulação do potencial de arrecadação da cobrança pelo**  
121**uso da água. O Prof. Geraldo Lopes da Silveira- UFSM** iniciou sua apresentação informando  
122que tem um grupo de pesquisa para a gestão de recursos hídricos mantendo estreito intercâmbio  
123com os órgãos gestores do Rio Grande do Sul o que propiciou que vários trabalhos pudessem vir  
124a serem feitos. O projeto financiado com recursos do CTHIDRO foi desenvolvido em Rios dos  
125Estados da Paraíba e do Rio Grande do Sul. Enfatizou que a cobrança para ser consolidada  
126precisa ter a aceitação da sociedade a partir das diretrizes das instituições superiores, há  
127necessidade que haja aceitação social para o processo de cobrança. Como exemplo comentou  
128que na Bacia do Rio Santa Maria no RS decorrentes do processo de comunicação sobre o  
129instrumento cobrança que culminou em conflitos, havendo reação contrária à cobrança. Portanto,  
130o projeto foi desenvolvido a partir do comitê com aceitação do mesmo, havendo reconhecimento  
131e aceitação pela comunidade. De forma sintética e resumida o Prof. Geraldo assim se posicionou  
132com respeito ao seu trabalho: O processo de cobrança está inserido na política de recursos  
133hídricos cujo sucesso é decorrente da integração de instrumentos. - Para o envolvimento e  
134aceitação da comunidade, há necessidade de se ressaltar os fundamentos da política e seus  
135instrumentos. - há necessidade que se desenvolvam formas de melhor comunicação com a  
136comunidade para facilitar o entendimento do processo de implementação do instrumento.- Para o  
137desenvolvimento da pesquisa havia uma dinâmica proposta que envolvia simulações  
138correlacionando a água para consumo e para irrigação.- Foram utilizados inclusive os  
139fundamentos de captação e diluição, sempre na busca de uma lógica de esclarecimento, na busca  
140da justiça. - Tudo que foi montado e sugerido foi decorrente de um processo de formação, para a  
141tomadas de decisão por parte dos membros do comitê.- O sistema discutido negociado e proposto  
142para o estabelecimento da metodologia e critério de cobrança pela água na bacia, foi também  
143indutivo à melhoria do tratamento dos esgotos.- Para o dimensionamento do consumo de água na  
144agricultura, baseou-se na área plantada e não no consumo real.- A grande pergunta a ser  
145respondida era: “será que as sociedades das bacias dos rios Santa Maria no RS e Paraíba na PB  
146querem a cobrança pelo uso da água?”- Portanto o objetivo da pesquisa foi o de avaliar o  
147conhecimento e a aceitabilidade da cobrança pelo uso da água bruta nas bacias da população das  
148bacias dos rios Santa Maria- RS e Paraíba- PB.- Para o desenvolvimento da pesquisa foram  
149aplicados 394 questionário na Bacia do Rio Santa Maria -RS e 500 na Bacia do Rio Paraíba-PB.  
150Como resultados, resumidamente pode-se registrar:- Há conhecimento da população das bacias  
151sobre a cobrança pelo uso da água bruta. - Observou-se que muitas vezes a representatividade  
152das pessoas não refletia opinião setorial e sim individual ou do ciclo mais próximo. - Registrou-  
153se a favorabilidade à cobrança pelo uso da água bruta, inclusive por parte dos usuários, para

154obtenção de recursos para investir em obras na região e induzir o uso racional. Ao final da  
155apresentação o Prof. Geraldo Lopes comentou sobre o sistema de gestão dos recursos hídricos no  
156RS instituído pela Lei 10350/94, sobre a metodologia proposta para as duas bacias, que foi a  
157simulação propriamente dita. Como conclusão ficou patente que a implementação da cobrança  
158pelo uso dos recursos hídricos exige um pacto ou acordo político e social. Dando continuidade,  
159em substituição ao **Prof. Mario Thadeu da USP** apresentou o projeto “*Perfil típico do usuário*  
160*da água para simulação do potencial de arrecadação da cobrança pelo uso da água.*” o **Eng.**  
161**Ludmilson Abritta Mendes** que compôs a equipe técnica responsável pela execussão dos  
162trabalhos. Conforme palestra anexa foram abordados durante a apresentação os seguintes  
163assuntos: - Região de estudo, Bacias PCJ e Paraíba do Sul nas quais o segmento indústria é  
164muito expressivo e os conflitos pelo uso da água são recorrentes. - Foram apresentados ainda os  
165objetivos e a metodologia para determinação do perfil do usuário e para a determinação da  
166amostra.- Para os trabalho de campo os diversos tipos de usuários, basicamente, indústria, rural,  
167abastecimento publico foram classificados.- Em termos de grau de dificuldade para aplicação em  
168campo dos questionários da pesquisa, houveram dificuldades maiores para a obtenção de dados  
169junto ao segmento indústria e maiores facilidades junto aos segmentos rural e abastecimento  
170publico.- Foi relatado que percebeu-se durante a pesquisa a não concordância com a cobrança  
171por entenderem os entrevistados que se tratava de mais uma taxa ou imposto que vai para os  
172cofres do governo. Concluídas as apresentações o Presidente da CTCOB coordenou os debates.  
173A **Conselheira Patricia Boson- Indústria-** Ponderou inicialmente que resultados de pesquisa  
174podem ser mascarados ou irreais em bacias com ou sem cobrança implantada . Disse aos dois  
175pesquisadores que é objetivo da cobrança deslocar atividades econômicas para outras bacias  
176onde os conflitos e demandas são maiores, recomendou que estes aspectos sejam também no  
177futuro levados em conta. Sugeriu a conselheira que sejam utilizadas as federações das indústrias  
178como porta de entrada para obtenção de informações do setor. De forma genérica correlacionou a  
179cobrança com a CPMF por entender que a maior parte dos recursos arrecadados estão sendo  
180alocados para resolver o passivo do saneamento o que é uma obrigação do governo.  
181Recomendou ao Presidente do Comitê Gestor do CTHIDRO Prof. Almir Cirilo que procure  
182viabilizar uma melhor aproximação entre a academia e as Cts do CNRH, incentivando inclusive  
183a formulação de teses de mestrado e doutorado, relacionadas à Política de Recursos Hídricos. O  
184Prof. Almir Cirilo ponderou no caso do trabalho do Prof. Geraldo que faltou a correlação com a  
185utilização da pergunta: Será que há confiança ou desconfiança a respeito do retorno dos recursos  
186da cobrança para a bacia hidrográfica onde os mesmos foram arrecadados. Respondendo em  
187nome do CTHIDRO informou que os recursos decorrentes da compensação financeira do setor  
188elétrico que vão para o MCT não são contingenciados. Sobre a integração academia e CNRH, o  
189evento que hora estava iniciando e uma demonstração que há interesse de fato para a  
190consolidação desta integração. Informou que projetos relacionados ao sistema de recursos  
191hídricos tem prioridades, e que a maior parte dos recursos são utilizados na indução há pesquisa.  
192O **relator Ednaldo M. Carvalho- SRHU**, recomendou que é muito importante conhecer a  
193dimensão da equipe envolvida na pesquisa, sua duração e principalmente qual o problema  
194detectado que motivou a elaboração do projeto. O **Prof. Geraldo Lopes- UFSM** respondeu que  
195foram gastos dois anos para a conclusão da pesquisa envolvendo 40 técnicos e 10 professores das  
196duas universidades. De forma genérica complementou explicando que a lei Gaucha estabelece  
197que só pode ocorrer arrecadação, cobrança se houver um plano de investimento contendo a  
198necessidade de recursos necessários para as ações estruturais propostas. Comentou que em  
199função de um cenário estabelecido por uma empresa Espanhola, pode-se inferir que com o poder  
200arrecadatório da cobrança, pode-se inclusive apoiar ações não estruturantes. Disse que de fato a  
201validação da cobrança é maior em função da confiança que deve existir decorrente do retorno  
202dos recursos para a bacia arrecadadora. Em seguida o **Eng. Ludmilson a Mendes- USP**  
203comentou algo mais a respeito do perfil de cada um dos usuários das bacias  
204pesquisadas,comentou que com os dados obtidos foi possível inclusive simular o potencial de  
205arrecadação decorrente da cobrança. O **conselheiro Jairo Lousa- Irrigantes** agradeceu aos

206professores pela apresentação e solicitou cópia do material apresentado que na sua opinião, pode  
207ser um manual de informações que irão enriquecer os argumentos usados por ele. Comentou  
208que é favorável à cobrança mas prefere que sejam bem trabalhados anteriormente os demais  
209instrumentos. Perguntou também sobre as conclusões obtidas sobre os perfis dos usuários. O **Sr.**  
210**Rodrigo Speziali- SRHU** questionou sobre qual o tipo de envolvimento ocorrido com os  
211comitês constituídos nas bacias trabalhadas. Perguntou ainda sobre se ocorreu algum tipo de  
212acordo ou pacto para o estabelecimento do PPU. Dando continuidade aos debates o **Sr.**  
213**Francisco Lahós- Consórcios** indagou se vai acontecer uma segunda etapa da pesquisa quando  
214de fato ocorrer ou iniciar a cobrança, devido a dificuldade que deve ter existido pelo fato da  
215cobrança não estar implantada em nenhuma das bacias pesquisadas. Solicitou ao **Eng.**  
216**Ludmilson Mendes-USP** cópia dos dados conclusivos para promover discussões regionais,  
217porque os dados eram ricos e podem ser úteis na aferição do processo em curso. Em resposta o  
218Prof. Geraldo Lopes explicou que os dados relacionados aos projetos estão disponíveis no site do  
219CTHIDRO, recomendou à CT que fizesse uma revisão bibliográfica para se verificar o que está  
220sendo feito no país relacionado à Política de recursos hídricos. Informou ainda que graças aos  
221comitês foi possível obter os dados e concluir a pesquisa. Sobre a existência de um pacto  
222comunicou que o envolvimento de todos é fundamental. Da mesma forma o **Eng. Ludmilson**  
223**Mendes-USP** comentou que os comitês PCJ e CEIVAP forma também fundamentais para o  
224sucesso e conclusão dos trabalhos. Retornando aos debates o **Prof. Almir Cirilo-CTHIDRO**  
225disse que há uma preocupação que as pesquisas apoiadas sejam úteis, e que o MCT ainda não  
226conseguiu montar uma grande base de dados disponíveis para a sociedade. Comentou que no  
227momento está em articulação com a ANA para montar um cadastro que hoje já conta com 1000  
228pesquisas, a partir de 2008, na base de dados da ANA estas pesquisas estarão disponíveis.  
229Concluiu dizendo que hoje nos editais é pré-condição para os avanços o envio e disponibilização  
230dos dados da pesquisa. O **Sr. Eduardo Cadavid- MARA/ EMBRAPA** ponderou que não se  
231espera que uma tese venha a trazer solução para os problemas. Demonstrou ser contrário à  
232publicação de editais porque os mesmos são elaborados juntamente com os futuros executores,  
233diante deste fato advoga o envolvimento das empresas de pesquisa na solução dos problemas por  
234ventura existentes. Em resposta o **Sr. Almir Cirilo** informou que o que é feito é um processo de  
235indução do tema através de editais, sem a esperança que os problemas venham a ser totalmente  
236resolvidos. Em editais tipo universais, dificilmente os grandes temas seriam abordados. Sobre o  
237envolvimento das empresas de pesquisa disse, que a EMBRAPA é um dos maiores clientes do  
238CTHIDRO, gradativamente os institutos, órgãos gestores, além das Universidades tem também  
239demandado. A **Sra. Aparecida Vargas- CEIVAP** achou estranho as perguntas relacionadas com  
240o envolvimento ou não dos comitês das bacias pesquisadas, e não ficou claro que os mesmos são  
241importantes, fundamentais e que foram ouvidos. Concluiu dizendo que alguns dados apontados  
242sobre o CEIVAP não estão corretos, há divergências o que pode dar margem a especulações.  
243Sobre o assunto abordado o **Eng. Ludmilson** relatou que recebeu sim orientações e apoio do  
244CEIVAP, sobre o “retrato” apresentado reconheceu que o detalhamento não ficou aquele do  
245desejado por isso admite que houve falha. O **Sr. Percy Neto- SRHU** pediu esclarecimentos  
246sobre o fator “zero”, no caso os açudes, acredita que este fator pode ser indutivo e comprometer  
247ou gerar interferência no balanço hídrico. Questionou ainda sobre o rebatimento desta simulação  
248sobre os usuários. Em resposta o **Prof. Geraldo** que os açudes são legais e dependem de  
249licenciamento, sendo hoje muito difícil obter a permissão para construí-los, portando não vê o  
250tipo de problema levantado. Com este debate o Presidente da CTCOB Rodrigo Speziali encerrou  
251a primeira etapa da reunião. Às 14:30 h foram iniciados os trabalhos com os informes que  
252basicamente foram os seguintes: 1- Proposta de resolução encaminhada pelo Conselheiro João  
253Climaco, deverá ser analisada quando da revisão da Resolução CNRH 70, que será feita pelo  
254GTAAC. 2- Disposição do Sr. Eduardo Cadavid- de apresentar trabalho sobre Indicadores de  
255sustentabilidade da cobrança- este tema será objeto de pauta de reunião futura. 3- Livro  
256Cobrança- Agora está completo, após receber contribuições da Conselheira Patricia Boson,  
257deverá ser publicado em Março. Grupo para revisão e editoração- Rodrigo Speziali, Eneas,

258Patrick e Laura. 4- Seminário Cobrança- Com o patrocínio obtido junto à PETROBRAS a sua  
259realização será possível no primeiro trimestre de 2008. Será tentada a obtenção de patrocínio  
260adicional para a expedição do tema no caderno Ecológico do Jornal do Brasil. 5- Pagamento pelo  
261uso da Água- PCHs- Foi informado que os entendimentos envolvendo a SRHU, ANA e MME  
262estão avançando na busca de uma solução para esta questão. Após consulta a ser feita à área  
263técnica do MMA, audiência será marcada na Casa Civil para propor alteração na Lei 9984 no  
264que diz respeito à separação do 0,75% referente ao pagamento pelo uso da água do que  
265representa os 6% da compensação financeira. 6- Próxima reunião da CTCOB- Após consulta,  
266todos concordaram que a 54ª reunião da CTCOB será realizada em São Paulo junto ao Simpósio  
267da ABRH. A Conselheira Patricia Boson alertou sobre a importância de vir a ser tratado no  
268âmbito da CTCOB as questões inerentes ao fluxo dos recursos da cobrança. Informou inclusive  
269que ela mesma fez um termo de referencia a respeito e que tanto a ANA como o CEIVAP tem  
270tratado em conjunto este tema. **O Presidente da CTCOB** lembrou que este é um dos temas que  
271a CTCOB pretende tratar e aprofundar como a ação : *“Mecanismos alternativos para*  
272*procedimentos dos fluxos financeiros para a cobrança pelo uso da água, incluindo caminhos*  
273*para aplicação de recursos reembolsáveis”* Ponderou que há necessidade sim é de definição de  
274uma estratégia para tratar o tema, lembrou inclusive sobre a possibilidade de uma visita ao TCU  
275com a possibilidade de um contato importante com o Ex deputado Haroldo Cedraz. **O Sr.**  
276**Patrick Thomas-** ANA lembrou que este formato de gestão de recursos com o uso de contratos  
277de gestão foi uma novidade no âmbito da CGU e TCU. NO momento as relações com estes  
278órgãos está boa e as contas da ANA tem sido aprovadas sem problemas. *Item 4- Analise da*  
279*deliberação conjunta dos Comitês PCJ nº 078/07 de 5/10/2007 . Apresentação de nota técnica*  
280*da ANA relacionada à a revisão dos mecanismos e critérios de cobrança Comitê PCJ. Analise e*  
281*aprovação de proposta de resolução que aprova a revisão dos mecanismos e critérios de*  
282*cobrança Comitê PCJ-* Dando inicio aos trabalhos o Sr. Rodrigo Speziali explicou  
283detalhadamente todos os procedimentos que foram adotados por ele tão logo a CTCOB recebeu a  
284deliberação PCJ nº 078/07, inclusive a solicitação de nota técnica à ANA. Foi solicitado que as  
285apresentações se restringissem às modificações ocorridas em função da revisão efetuada. **O Sr.**  
286**Eduardo Paschoaloti em nome do Comitê PCJ** que os pontos objeto de revisão foram,  
287definição dos usos insignificantes, que para adequação à legislação estadual foi estabelecido que  
288seria de 5m3 dia onde é dispensável a outorga e conseqüentemente a cobrança Sobre a cobrança  
289do setor rural explicou que após dois anos de estudos por parte da CT-Rural e também como  
290foram de adequação à legislação estadual. Sobre a cobrança do setor rural a palavra foi passada  
291para o **Eng. Rogerio T. Silva da ESALQ** e membro da CT-Rural deu maiores explicações sobre  
292o que foi efetivamente feito, conforme palestra anexa. Todos os estudos giraram em torno das  
293reais necessidades de água para as lavouras e os custos decorrentes e o respectivo impacto  
294decorrente da cobrança. Foram estabelecidos coeficientes em função dos diversos métodos de  
295irrigação, o impacto da cobrança nos custos da lavoura de feijão oscilou entre o equivalente a  
2960,11% até 0,36%. Comentou o Eng Rogério sobre o art 13 da deliberação que institui o novo  
297mecanismo de compensação que permite o abatimento nos valores a serem pagos pela água de  
298até 100% par aqueles que usam boas praticas conservacionistas. Após apresentações iniciais, o  
299**Sr. Patrick Thomas-** ANA relatou sobre a nota técnica elaborada com ênfase também nos  
300pontos objeto de alterações, todos eles decorrentes de duvidas existentes desde 2005 cujos  
301estudos foram feitos pelo Comitê PCJ e que agora estavam sendo apresentados. Basicamente o  
302**Eng Patrick -**ANA abordou praticamente, como não poderia deixar de ser, os mesmos pontos já  
303abordados pelos representantes do Comitê PCJ quais sejam:- Usos insignificantes, coeficientes  
304de retorno em função do método de irrigação utilizado na agricultura. - K Rural, em função da  
305utilização de boas práticas agrícolas relacionadas à racionalização do uso da água. Abordou  
306ainda os mecanismos diferenciados de pagamento para o saneamento na seguinte circunstância:  
307na medida em que são reduzidas as cargas orgânicas de lançamento, haverá um percentual de  
308redução dos valores a serem pagos. Abordou ainda aspectos relacionados aos impactos sobre os  
309usuários decorrentes dos novos mecanismos a serem adotados, e sobre o atendimento às

310 condições contidas na resolução CNRH nº48/2004. Concluiu que “ A revisão dos mecanismos de  
311 cobrança pelo uso de recursos hídricos estabelecido pelos Comitês PCJ é adequada e os valores  
312 resultantes são compatíveis com a capacidade de pagamento dos usuários do setor de irrigação”  
313 sugere ao CNRH “ aprovação dos mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos  
314 hídricos encaminhado pelos Comitês PCJ na sua deliberação conjunta nº 78 de 2007”.  
315 Concluídas as apresentações, o **Presidente da CTCOB Rodrigo Speziali- SRHU** iniciou a  
316 etapa para esclarecimentos e debates sobre o assunto em questão. O **Sr. Enéas S Machado-**  
317 **Conselho Estadual PR** solicitou esclarecimento sobre a fonte relacionada às demandas hídricas  
318 por cultura. O **Sr. Patrick- ANA**, esclareceu que na Agência existe setor que só trata deste tema  
319 que com informações técnicas e agro- meteorológicas são obtidas as demandas estimadas. A  
320 **Conselheira Patricia Boson Industria**, demonstrou desejo que o seu setor viesse a ter estudos  
321 tão interessantes como aqueles apresentados pela CT Rural dos Comitês PCJ, aproveitou para  
322 cumprimentar aqueles responsáveis pelo trabalho apresentado. Pretende sugerir ao CEIVAP que  
323 convide a equipe do PCJ para fazer apresentação sobre o assunto naquele comitê. Em seguida,  
324 elencou uma série de pontos com dúvidas e sugestões de redação para a Deliberação PCJ nº78.  
325 Como a seguir: No Art. 3º da deliberação onde se lê “*Fica aprovada a proposta de que sejam*  
326 *consideradas insignificantes as captações de água superficiais, de um mesmo usuário, que,*  
327 *isoladamente ou em conjunto, não ultrapassem o valor de 5 (cinco) metros cúbico por dia, bem*  
328 *como os lançamentos de efluentes líquidos delas decorrentes*”. A Conselheira argumentou que  
329 não estava claro, pois “isoladamente ou em conjunto” parecia se referir ao usuário e não à  
330 captação. Sugeriu a seguinte redação: Art. 3º - “Fica aprovada a proposta de que sejam  
331 consideradas insignificantes as *captações de água superficiais isoladamente ou em conjunto*, de  
332 um mesmo usuário, que não ultrapassem o valor de 5 (cinco) metros cúbico por dia, bem como  
333 os lançamentos de efluentes líquidos delas decorrentes”. Após esclarecimentos dos  
334 representantes do PCJ ponderaram que a redação deveria ficar como na redação inicial. Com  
335 respeito aos anexos da deliberação a primeira dúvida surgiu no Art. 1º do Anexo, § 2º e § 3º onde  
336 se lê :“.... acreditados pelos órgãos ambientais ...” e “... equipamento de vazões acreditado ....” A  
337 conselheira argumentou que apenas o INMETRO tem a função legal de “acreditar” medições  
338 e processos laboratoriais. Em seguida sugeriu uma troca pela palavra *validados*. Os  
339 representantes dos Comitês registraram a sugestão e prometeram verificar com seus pares a  
340 possibilidade de alteração da deliberação *ad referendum* do plenário. No artigo 6º do anexo a  
341 Conselheira Patricia questionou a expressão “*efetivamente lançada* “na definição da carga anual  
342 de CBO, como a seguir : $CO_{DBO}$  = carga anual de  $CBO_{5,20}$  efetivamente lançada, em kg. A  
343 explicação dada pela Conselheira é que o “efetivamente” significava a DBO adicionada no  
344 processo de industrial. Ou seja, capta-se a água com uma carga orgânica, advinda do passivo da  
345 bacia, e ao lançar, lança-se a mesma carga, nada adicionada e dessa forma, também nada seria  
346 cobrado. Os representantes dos Comitês PCJ argumentaram que de fato era esta a intenção, a  
347 cobrança seria efetuada em função da carga efetivamente lançada, independentemente de quem  
348 viesse a ser o responsável pela carga orgânica no momento do lançamento, este mesmo  
349 procedimento, ocorre atualmente no Estado de São Paulo, portanto não concordavam com a  
350 alteração proposta. Dando continuidade passou-se para o Art. 6º, § 4º, linha 2 do Anexo da  
351 deliberação que contem o seguinte: “para os corpos d’água receptores já *desconformes* com o  
352 enquadramento para o parâmetro  $DBO_{5,20}$ , deverá ser comprovado, por meio de amostragem  
353 representativa efetuada pelo usuário, que a concentração deste parâmetro no efluente final da  
354 fonte poluidora, não supera a do corpo d’água receptor a montante do seu lançamento;” sobre  
355 este texto a conselheira questionou a não entendimento da expressão “ *desconformes com o*  
356 *enquadramento*”. Como encaminhamento e concordando que poderia de fato haver dificuldade  
357 de entendimento, os representantes dos Comitês PCJ prometeram fazer uma análise e propor  
358 uma modificação. Sobre os artigos 12 e 13 do Anexo da Deliberação também houveram dúvidas  
359 consideradas polemicas quais sejam: Ponderou a Conselheira que o artigo 13 traz benefício  
360 para o setor agrícola, e chamou a atenção o fato de que os benefícios são concedidos  
361 primeiramente se o usuário comprovar a legalidade ambiental da sua situação, seja pela

362comprovação da Reserva Legal Averbada, seja pela comprovação de cuidados com as APPs.  
363Como decorrência, para o setor irrigação, a proposta contém um avanço significativo que vale  
364inclusive ser multiplicado para demais comitês. Na prática, é considerado um Kt, que considera a  
365tecnologia utilizada na irrigação vinculada ao menor desperdício. Entretanto disse a Conselheira,  
366que de forma direta, que o segmento agrícola, e de forma indireta, o segmento saneamento,  
367foram os únicos segmentos que receberam um incentivo a mais, na forma da instituição de  
368mecanismo diferenciado do pagamento onde de acordo com a proposta poderá ser abatido até  
369100% do valor devido pelo usuário rural.. Ponderou a Conselheira que no Art. 12 as ações a  
370serem abatidas como forma de cobrança diz respeito à redução de carga orgânica. Por isso  
371afirmou que esta vantagem é indiretamente voltada para o setor de saneamento. De acordo com  
372a proposta pode ser abatido até 100% do valor da cobrança devida pelo lançamento da carga, ou  
373seja, 100% do  $V_{DBO}$ , que corresponde à maior parcela devida ao Sistema pelo setor de  
374saneamento. Diferentemente do setor rural, o setor de saneamento não tem nenhuma pré-  
375condição para pleitear tal benefício. Diante destes fatos e dessas possibilidades alertou a  
376**Conselheira Patricia Boson- Indústria** até para a possível morte financeira do Sistema, uma  
377vez que em se pagando com ações, no limite de até 100% do valor devido, o futuro da  
378sustentabilidade financeira do Sistema não seria bom. Argumentou ainda que sobre o fato de que  
379era preciso, tal como no setor agrícola, exigir o cumprimento legal de abatimento da carga  
380orgânica do setor de saneamento, e também como no setor agrícola, o abatimento seria pertinente  
381apenas para ações acima das obrigações legais, claramente voluntárias. Em resposta os  
382representantes dos comitês PCJ com o apoio do representante da ANA argumentaram que a  
383realidade do país era essa e que não há recurso para saneamento, e que as prefeituras não tinham  
384como assumir suas obrigações legais na área de saneamento, foi informado ainda que a indústria  
385local havia acatado aquela deliberação como estava sendo proposta. Após ponderações e  
386análises de diversas propostas de encaminhamento ficou assim decidido: Seria encaminhado  
387formalmente para que, após análise da deliberação fosse explicitado, com o destaque, que o setor  
388industrial era contrário ao art. 12 do anexo da deliberação PCJ 78 na forma como está redigido  
389ou; os Comitês PCJ após reunião de diretoria acatariam a proposta da Conselheira, *ad*  
390*referendum* do plenário, e encaminhariam para CTIL uma nova versão da Deliberação com as  
391modificações propostas. Concluiu a Conselheira que todos os recursos da cobrança estão sendo  
392utilizados no Saneamento, entende que a Indústria estaria financiando o Saneamento em algo  
393que é uma obrigação legal. Dando continuidade a **Sra. Rosa Maria Formiga – Organizações**  
394**Técnicas** argumentou que já é uma constatação o fato que grande parte dos recursos da cobrança  
395vão de fato para o saneamento, isso é consequência do jogo do poder que acontece ao nível dos  
396Comitês onde ocorrem as decisões. **O Sr. Francisco Lahós- Consórcios**, esclareceu que houve  
397contribuições que de fato acredita poderão ser acolhidas *ad referendum* da plenária dos Comitês  
398como foi dito anteriormente, as demais deverão ser estudadas e aprofundadas para uma decisão  
399futura. Sugeriu e propôs um acordo entre todos os presentes para o encaminhamento do assunto  
400com bom senso. Novamente a Conselheira Patricia Boson da Indústria argumentou que o que  
401está sendo proposto terá repercussão Nacional porque evidencia o fato de se dar possibilidade de  
402isenção de pagamento da cobrança a dois setores, no caso a Agricultura e o Saneamento e não à  
403Indústria. Insistiu em dizer que a questão que envolve o saneamento já foi abordado em reuniões  
404do setor e está escrito que a Indústria não concorda em pagar pelo uso da água para financiar um  
405setor que tem obrigação de equacionar por lei os seus problemas, no caso o saneamento. Está sua  
406afirmativa está respaldada por um conselho com mais de 600 empresários onde muitos não  
407concordam com a cobrança. Concluiu dizendo que as posições dela não são para atrapalhar, são  
408contribuições para avançar. **O Conselheiro Jairo Lousa- Irrigantes** elogiou as alterações  
409propostas para o setor rural, reconheceu que houve uma evolução positiva. Disse ainda que  
410respeita muito as decisões dos Comitês principalmente quando há pactos acordados. Continuou  
411dizendo que o estudo feito pelos Comitês PCJ com a ajuda da ESALQ demonstra que o impacto  
412da cobrança sobre o setor é pequeno, mas preocupa-se em saber qual é o perfil dos irrigantes da  
413bacia, é arrendatário, a irrigação é itinerante, os irrigantes são outorgados, mesmo diante destes



414questionamentos, em principio aprovaria a deliberação. Deixou a seguinte indagação: Se de fato  
415os impactos são pequenos como fazer para que o uso da água seja racional. Mencionou  
416preocupação com os itens A e B do inciso II do artigo 13º, que tratam respectivamente da  
417existência ou não de reserva legal e permanente para obtenção das vantagens previstas. Por outro  
418lado, concorda com o item C *“ter aderido às ações implementadas por programas conservacionistas,*  
419*mediante comprovação por meio de declaração do órgão ou entidade coordenadora/implementadora do*  
420*programa”* recomenda que sejam induzidos os técnicos da CATI não só para a emissão de um certificado  
421mas também como agentes indutores à utilização boas práticas conservacionista. Sobre o perfil dos  
422irrigantes o **Sr. Eduardo Paschoalotti-comitês** informou que a maioria é de pequenos agricultores  
423proprietários. O Sr. João a Santa Rosa- Comitês PCJ/CT Rural- Esclareceu que a CT RURAL está  
424propondo à CATI para que exista em cada cidade uma orientação geral para se emitir o certificado. O **Sr.**  
425**Luiz Fernando Gonçalves- COPEL** elogiou a apresentação da CT-RURAL mas sugere que o ideal  
426seria que os impactos da cobrança sobre o setor, viessem a ser mensurados em função margem de lucro.  
427O Sr Santa Rosa concorda mas pondera que infelizmente não são os agricultores que decidem sobre  
428custos e preços. Após debates e esclarecimentos sobre a Deliberação PCJ 78/07 o **Sr. Rodrigo Speziali-**  
429**SRHU** iniciou as discussões sobre a proposta de resolução que *“Aprova a revisão dos mecanismos e*  
430*ratifica os valores para a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União da Bacia*  
431*Hidrográfica dos Rios Piracicaba Capivari e Jundiaí .”* Para facilitar o entendimento de todos,  
432foi lida na íntegra toda a resolução. Foram apresentadas duas propostas de alteração para a  
433minuta de resolução em discussão. A primeira sugerida pelo próprio presidente da CT tratava do  
434estabelecimento de um prazo para se fazer uma avaliação e se necessário uma nova revisão. A  
435sugestão foi acatada por todos, passando o artigo 3º a ter a seguinte redação: *“ Os Comitês PCJ*  
436*deverão apresentar a este Conselho, no prazo de até quatro anos, a contar de 1º de janeiro de*  
4372008, *a avaliação da cobrança pelo uso de recursos hídricos nas bacias dos rios Piracicaba,*  
438*Capivari e Jundiaí, e a sua revisão, caso faça-se necessária”*. Outra alteração proposta pela  
439conselheira Patricia Boson consistia na inclusão do seguinte artigo: *Os Comitês PCJ deverão*  
440*elaborar estudos para viabilizar mecanismos que permitam o pagamento diferenciado pelo uso*  
441*da água específico para o setor industrial.* Após consulta a todos os presentes a emenda aditiva  
442foi acatada com as discordâncias do Sr. Patrick Thomas- ANA e dos Representantes dos Comitê  
443PCJ. Segundo dia da reunião: O presidente da CT COB Rodrigo Speziali cumprimentou a todos  
444e passou imediatamente para o *Item 7 da pauta- Continuação das apresentações de projetos de*  
445*pesquisa Relacionados à Cobrança/ CTHIDRO. Prof. José Paulo Soares de Azevedo-*  
446*COPPE/UFRJ- Cobrança pela diluição de efluentes na bacia do Rio Paraíba do Sul. Prof. João*  
447*Damásio de Oliveira Filho- UFBA- Aspectos econômicos dos modelos de cobrança da água*  
448*pela diluição de efluentes.* O **Prof. José Paulo Soares de Azevedo- COPPE/UFRJ** foi o  
449primeiro a apresentar-se de forma resumida foram estes os pontos principais abordados.- Todos  
450os trabalhos relacionados ao tema foram iniciados em 1998 devido a problemas relacionados aos  
451tema ocorridos no Rio de Janeiro. Os objetivos do trabalho são relacionados à cobrança por  
452lançamento ou diluição.- O projeto é uma contribuição para o aperfeiçoamento da cobrança no  
453Brasil.- Bases conceituais para a cobrança pela diluição de efluentes.- Foram feitos comentários  
454básicos sobre de diluição, concentração em corpos de água naturais e diluição de efluentes  
455aplicados à gestão. De maneira geral o processo proposto exige uma rede de monitoramento  
456eficaz que permita suprir o sistema de informações consistentes. A falta de monitoramento para  
457quantificar, impede a aplicação de métodos modernos que facilitariam os processos de outorga.  
458Ao final foi dito que o projeto propõe uma metodologia que incorpora o conceito de diluição de  
459efluentes e o impacto que poderia causar ao usuário caso esta nova fórmula ou metodologia  
460venha a ser adotada. Iniciadas as discussões após apresentação, o **Sr. Patrick Thomas- ANA-**  
461alertou que para a implantação desta metodologia, há necessidade de se rever as metas de  
462enquadramento colocando-as como metas progressivas. O **Prof. Geraldo R. Boaventura-**  
463**UNB**, mencionou a importância dos avanços na legislação com o intuito de definição dos  
464poluentes existentes e o que está sendo lançado o que se pode fazer para minimizá-los é um  
465grande caminho a ser percorrido pela pesquisa. Informou o Sr. Eneas Machado- CERH/PR que  
466no seu estado já está sendo adotada a outorga em função da vazão de diluição. Em seguida foi a

467vez do Prof. João Damásio de Oliveira Filho- UFBA fazer sua apresentação sobre “*Aspectos*  
468*econômicos dos modelos de cobrança da água pela diluição de efluentes*”- Conforme resumo  
469este trabalho desenvolve e ensaia modelos de simulação com novas formulações para cobrança  
470pelo uso da água pela diluição de efluentes, que permitem avaliar os impactos diretos e indiretos  
471sobre a economia regional (SP e RJ) - o que exige que sejam levadas em consideração as  
472qualidades dos efluentes gerados pelos usuários. Além disso, é incluída dentro do objetivo geral  
473do projeto a necessidade de estimar a sensibilidade da introdução da cobrança da água pela  
474diluição de efluentes sobre a receita, e sobre a disposição a pagar dos usuários, na bacia  
475hidrográfica amostrada: os trechos paulista e fluminense do Rio Paraíba do Sul. Esta pesquisa  
476chama a atenção para o fato de que os impactos indiretos dessa cobrança pela diluição de  
477efluentes para alguns segmentos industriais, ao incidirem sobre toda a cadeia produtiva e  
478ultrapassarem os limites da própria bacia hidrográfica, estaduais e regionais, podem ser, todavia,  
479bem mais significativos. A metodologia desenvolvida neste trabalho, além de computar todos os  
480impactos diretos e indiretos sobre a estrutura de custos na matriz de insumo-produto dos estados  
481de São Paulo e do Rio de Janeiro, permite que sejam ensaiados todos os impactos para várias  
482metodologias de cobrança pela diluição de efluentes sobre o conjunto desses estados. Esta é, de  
483fato, uma vantagem adicional, tendo em vista que ainda não existiam referenciais metodológicos  
484a serem utilizados para avaliar os impactos econômicos da implementação de cobrança pelo uso  
485da água em rios de dominialidade federal – que cruzam dois ou mais estados da federação. Ao  
486oferecer essa modesta contribuição a todos os comitês de bacias e agências de águas, espera-se  
487que este trabalho possa servir para subsidiar as políticas públicas para a melhoria do  
488gerenciamento dos recursos hídricos no país. Após apresentação, iniciaram-se os  
489esclarecimentos e debates. O **Sr. Rodrigo Speziali- SRHU/MMA**, lembrou que os comitês  
490quando iniciaram a busca de sua metodologia de cobrança, aconteceu um distanciamento dos  
491fundamentos econômicos. Sugeriu o estabelecimento de pacto, após análise daqueles  
492fundamentos econômicos. Inferiu que o arranjo institucional atual, leva a este tipo de discussão  
493sem o viés econômico. O **Prof. Raymundo Garrido- UFBA** esclareceu que modelos existem  
494mas há possibilidade de optar por alguns que devem prevalecer, desde que sejam simplificadas  
495as teorias para melhor entendimento de todos. Encerradas as apresentações, foi dada uma  
496oportunidade para os professores convidados fazerem suas considerações finais. O Prof. Geraldo  
497Lopes da Silveira- UFSM- afirmou que como militante da gestão de recursos hídricos no Rio  
498Grande do Sul, há doze anos, achava muito importante esta integração com a CTCOB do CNRH.  
499Acha importante as notícias atribuídas à CTCOB sobre as resoluções relacionadas ao tema  
500construídas na CT, as quais, ajudam a dinamização e tomada de decisão nas bacias. Ponderou  
501que existem dois caminhos distintos para os avanços necessários, simulações nas bacias ou  
502decisão de cima para baixo. Já o **Sr. Ludmilson A Mendes- USP** correlacionou as apresentações  
503ocorridas e mostrou que graças à iniciativa da CTCOB vieram a tona questões semelhantes  
504como: métodos, onde melhorar, a importância de ouvir os usuários, devem ser respeitadas as  
505diferenças, entre outras. As questões levantadas devem servir de sinalização para os próximos  
506projetos. O **Prof. Jose Paulo- COPPE/UFRJ** também agradeceu o convite e a oportunidade de  
507poder estar em uma reunião da CT, agradeceu também ao CT-HIDRO pelos investimentos que  
508vem sendo feitos, registrou que as sugestões que todos deram serão lembradas por ele, inclusive  
509aquela mencionada pela conselheira Patricia Boson relacionada à necessidade de se levar  
510também em conta os custos decorrentes pelo tratamento da água no nível industrial. O **Professor**  
511**João Damásio- UFBA**, após fazer seus agradecimentos, cumprimentou a iniciativa da CTCOB  
512em convidá-los. Mais uma vez enfatizou que fazer cadastro não é fazer ciência, mas sem  
513cadastro, não há ciência. O representante do CTHIDRO Prof. Almir Cirilo demonstrou  
514satisfação com tudo que ocorreu, aproveitou para pedir desculpas por não ter vindo  
515anteriormente na CTCOB, após convites formulados. Reconheceu que tem como desafios maior  
516publicidade para os dados hidrológicos, publicidade para os dados de cadastro, maior  
517publicização das pesquisas. Recomendou que a CT convide os pesquisadores que irão trabalhar  
518os novos projetos para serem fornecidas sugestões por parte dos membros da CTCOB antes

519mesmo da do início da execussão dos projetos. Encerrando, o **Prof. Geraldo R. Boaventura-**  
520**UNB**, disse que o CNPQ/CTHIDRO empenharam-se para a realização daquele evento com  
521aquelas apresentações, afirmou que estas iniciativas podem trazer bons resultados, lembrando  
522que há possibilidade de integração e difusão de outras pesquisas na área de Recursos Hídricos.  
523Concluiu dizendo que criar oportunidades de integração é sempre bom. O **Presidente da**  
524**CTCOB SR. Rodrigo Speziali- SRHU/MMA** lembrou que este momento ocorre quando a CT  
525está discutindo a aplicação dos recursos da cobrança no setor elétrico. Trazer esta discussão no  
526fórum dos comitês, foi uma tentativa de proporcionar aos seus participantes, uma oportunidade,  
527para junto da CTCOB discutirem estes temas atuais e importantes. Colocou a CTCOB a  
528disposição de todos e agradeceu mais uma vez o apoio e consideração do CTHIDRO e CNPQ ,  
529em seguida deu continuidade à pauta daquela reunião. **Item 5- Analise e aprovação, pela CT, do**  
530**Primeiro Relatório de Conformidade/GTAAC decorrente do inciso III do Art. 9º da resolução**  
531**CNRH 70, de 19/03/2007-** Após da conhecimento a todos sobre o conteúdo do relatório a  
532origem dos dados, a responsável, no caso a relatora do GTAAC Valeria A Lopes Faria, o  
533Presidente da CT e Coordenador do GT deu um prazo até o dia 9/11/07 para que todos, após  
534análise enviassem sugestões na forma de emendas. Foi decidido que seria informado à CTIL em  
535reunião próxima a sua existência e que o mesmo, conforme estabelecido na resolução CNRH nº  
536seria, apresentado na reunião do CNRH dias 10 e 11/12/07 . Sobre a minuta de relatório, a  
537**Conselheira Patricia Boson- Industria**, sugeriu que as correlações sobre a aplicação dos  
538valores decorrentes dos recursos da cobrança fossem feitas com o s valores totais arrecadados e  
539não sobre os valores liquidados de corrente da retirada dos recursos contingenciados. O  
540contingenciamento ocorrido deve ser ressaltado conforme sugestão da Sra. Marta Sugai-  
541COPEL. O **Sr. Patrick Thomas- ANA/MMA** ponderou que algumas definições não ficaram  
542claras na resolução, como por exemplo a referência de prioridade. O fato de se aplicar um  
543percentual acima de 50% dos recursos disponíveis nos 7 sub programas estabelecidos como  
544prioritários, atende à resolução. Outra dúvida recai sobre o conceito de “não conformidade”. O  
545**Sr. Rodrigo Speziali-SRHU** lembrou que os valores a serem contingenciados são fornecidos  
546anteriormente pelo próprio MPO, não tendo a ANA ingerência sobre os mesmos. A **Conselheira**  
547**Patricia Boson- Industria**, não concordou com o que foi dito, entende que a decisão está no  
548MMA, tem sido o Ministério o responsável pela não aplicação dos recursos totais arrecadados no  
549sistema de gestão dos recursos hídricos. O **Sr. Eneas Machado- CERH/PR** pondera que não se  
550pode afirmar que o que está ocorrendo não está em conformidade, porque a resolução não  
551estabelece os percentuais. Advoga também que está na hora de deixar transparente os valores  
552contingenciados, conseqüentemente os valores aplicados nas prioridades ficam percentual mente  
553mais baixos. A **Conselheira Patricia Boson – industria**, sugere uma recomendação ao CNRH  
554para que seja estabelecida uma resolução mais quantitativa do que qualitativa, como a atual, e  
555assim poder subsidiar o CNRH com indicadores de acompanhamento. Concluindo este item de  
556pauta, o **Presidente da CTCOB** propôs o aprofundamento de outros temas relacionados a leis  
557com relação direta com a CT como a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal. Abordou ainda a  
558importância da questão sustentabilidade do sistema de Recursos Hídricos, que hoje, com a  
559legislação vigente, não dispõe de recursos suficientes para a sua sobrevivência. **Item 6 – Analise**  
560**de proposta de resolução que altera a Resolução CNRH nº70 de 19/03/2007-** Inicialmente o  
561**Presidente da CT- Rodrigo Speziali- SRHU-** procurou nivelar o grupo lendo a resolução 70  
562como foi aprovada e publicada, antes mesmo de discutir a nova proposta de alteração dessa  
563resolução nos aspectos, prazo mais elástico para a consulta aos comitês, e estabelecimento de  
564prioridades para dois anos. Após debates, ponderou o Presidente da CT que o momento não é  
565oportuno para propor alterações e sim para propor uma nova resolução com alterações mais  
566profundas. Com a concordância dos presentes, foi sugerido que este tema venha a ser analisado  
567pelo GTAAC a partir de janeiro de 2008. A reunião foi encerrada às 13h do dia 26/10/2007,  
568com o Sr. Rodrigo Speziali agradecendo a presença dos membros e convidados da CTCOB .

569

570

571 Ata aprovada na 54.ª Reunião da CTCOB, realizada no dia 27 de novembro de 2007

572

573

574 **Rodrigo Speziali de Carvalho**

575 Presidente da CTCOB

576

577

578

**Ednaldo Mesquita Carvalho**

Relator da CTCOB